

(Auto-)Retrato



Patrícia Galvão Teles

Estou pouco habituada a falar sobre mim. Muito menos a escrever sobre mim. O convite para fazer este “autorretrato” surgiu com alguma surpresa e ainda tentei resistir, adiar... mas aqui está. Talvez por ter feito 50 anos recentemente seja uma boa altura para fazer um balanço.

Começando pelo início... Lá em casa ouvia dizer que uma das poucas coisas que não se podem escolher na vida é a família em que se nasce. Nesse sentido, tive muita sorte. Venho de duas famílias muito diferentes, mas que me deram os valores que têm orientado a minha maneira de ser e estar: a amizade, a coerência, a honestidade, a importância da família, o brio profissional e o interesse pelo mundo.

DOI: <https://doi.org/10.34619/3h67-bm18>

Tendo nascido em 1970, tive uma infância inevitavelmente marcada pelo 25 de Abril. Entre a normalidade das brincadeiras com os primos e amigos, as atividades escolares, os verões entre a praia e o campo, os natais em família, cedo ganhei consciência política. Se antes do 25 de Abril a minha família se encontrava repartida pelos dois lados da barricada, depois... também. O meu avô, Inocêncio Galvão Telles, tinha sido Ministro da Educação de Salazar e, depois de ter sido saneado da Faculdade de Direito de Lisboa, onde era Professor, foi com a minha avó para o Brasil, em 1975. Outros tios e primas muito próximos foram também para Paris, onde a família passou o Natal de 1975, pois era a forma de se poder encontrar. Nessa altura, os meus pais mudaram de casa para evitar que a casa dos meus tios fosse ocupada. Numa criança de 5 anos, mesmo sem perceber tudo o que se passava, mudar de casa, de escola e ver parte da família a ter de partir para o estrangeiro causou um certo impacto. Ao mesmo tempo, os que ficaram celebravam a liberdade. Tenho memórias do dia 25 de Abril (não houve escola...) e dos dias que se seguiram (vivia perto da prisão de Caxias, de onde foram libertados vários presos políticos), incluindo da manifestação do 1.º de Maio, por onde andei às cavalitas do meu pai, e do ar de liberdade que se respirava nesses tempos. Mas, para além da transição para um Portugal democrático e de tudo o que depois veio com isso, a maior lição pessoal que ganhei nesse período foi a forma unida, solidária e tolerante com que a minha família lidou com esta situação.

Após ter frequentado a escola primária, nos Príncipes de Aviz, em São João do Estoril, o Ciclo Preparatório na Escola da Galiza e já adolescente o Secundário nos Liceus de São João e de Oeiras (onde sempre tive magníficas professoras), surgiram dois interesses que acabariam por marcar esta fase da minha vida. Jogava ténis de competição (o meu herói era o John McEnroe, o do meu irmão o Bjorn Borg) e nos verões ia para o estrangeiro em campos de férias do CISV (Children International Summer Villages): Dinamarca, Alemanha, Áustria e Ilhas Faroé.

Mais tarde, a experiência de passar os verões com crianças de todo o mundo levou-me, no 12.º ano do Liceu, a ir passar um ano aos Estados Unidos como estudante de intercâmbio AFS (American Field Service). Sempre dizia a minha mãe que eu gostava muito de conjugar o verbo “ir”. Vivi com uma família americana na Costa Leste (com quem ainda hoje mantenho contacto) e frequentei uma escola americana maravilhosa (onde

pude fazer coisas que o liceu em Portugal não proporcionava: fotografia, pintura, coro e muito desporto).

Quando voltei, ao entrar na Universidade, estava muito hesitante entre os cursos de Direito e de Relações Internacionais. Acabei por ir para a Faculdade de Direito de Lisboa, mas sempre com a ideia de fazer algo na área internacional. Daí ter decidido, assim que acabei o curso, ir para Genebra, na Suíça, para fazer o Mestrado e Doutoramento em Direito Internacional no Instituto de Altos Estudos Internacionais, uma pequena instituição à beira do Lago Lemman, mas por onde passavam todos os gigantes do Direito Internacional. Foram anos de muito estudo, mas de grande estímulo intelectual, cujos frutos ainda hoje colho.

Entre o Mestrado e o Doutoramento, tive uma primeira experiência profissional como adjunta jurídica do Secretário de Estado da Defesa Nacional. Como dizia o meu irmão, foi o meu “serviço militar”... Uma jovem jurista no meio militar... uma experiência fantástica de rápido crescimento profissional.

Já casada, regressei ao Doutoramento em Genebra, passando também grandes temporadas em Brighton, no Sul de Inglaterra, onde o meu marido fazia o seu Doutoramento na Universidade de Sussex.

A escolha do tema da minha tese de Doutoramento – Timor e o Direito Internacional – foi muito influenciada pelo trabalho que tinha começado a fazer com o meu tio, Miguel Galvão Teles, que foi advogado do Estado português no caso sobre Timor contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça. O meu tio Miguel, tal como o meu avô Inocêncio, que tinha sido advogado de Portugal no caso de Goa contra a Índia também no Tribunal Internacional de Justiça, foram uma grande influência e inspiração nas minhas escolhas profissionais, designadamente quanto à especialização em Direito Internacional e, como referi, a escolha do caso de Timor para a tese de Doutoramento.

Quando escolhi o tema da tese, em 1995, não era possível antever que, durante o período da sua elaboração, tudo ia mudar em relação a Timor. Como costumo dizer, comecei a escrever no futuro, passei algum tempo a escrever no presente e só mesmo no final pude escrever no passado. Enquanto fazia a tese, Timor passou de um território ocupado pela Indonésia para – através de um referendo organizado pelas Nações Unidas (em que tive o privilégio de participar como observadora, integrando a

Missão de Observação Eleitoral do Estado Português) – se tornar um Estado independente e membro das Nações Unidas em 2002 (momentos que vivi também “em direto” em Díli e em Nova Iorque), ano em que termino a tese.

Regressada a Portugal, depois do Doutoramento e já com um filho (o segundo viria pouco tempo depois), comecei a dar aulas de Direito Internacional na Universidade e a colaborar como consultora jurídica no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Para mim, esta sempre foi a combinação ideal: poder ensinar aquilo em que se trabalha e poder trabalhar sobre o que se reflete no trabalho académico.

Depois de alguns anos intensos em Lisboa, dividindo o tempo entre a Universidade e o trabalho do Ministério, com uma família com dois filhos pequenos, muitas viagens e experiências únicas, como integrar a delegação de Portugal num novo caso no Tribunal Internacional de Justiça sobre a legalidade do uso da força no Kosovo e a Presidência Portuguesa da União Europeia em 2007, foi tempo de rumar a um novo desafio em Bruxelas como Conselheira Jurídica na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER).

Os sete anos passados em Bruxelas foram também uma excelente experiência a nível profissional, de enriquecimento de conhecimentos sobre o Direito da União Europeia e os meandros do Conselho, da Comissão, do Parlamento Europeu e do Tribunal de Justiça do Luxemburgo. No plano familiar, foi uma nova oportunidade de viver no estrangeiro, agora com filhos que frequentavam a Escola Europeia, com muitas novas atividades e viagens pela Europa fora.

Aquando do regresso a Lisboa, para retomar a minha ligação à Universidade e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, fui desafiada a ser candidata por Portugal à Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. Este órgão integra 34 peritos de todo o mundo e tem o mandato de promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional. Foi criado em 1948 e depende diretamente da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A minha eleição como membro da Comissão de Direito Internacional na Assembleia-Geral, em novembro de 2016, com 151 dos 193 votos dos Estados-Membros das Nações Unidas, foi um momento de grande orgulho e realização profissional – que muito devo também ao empenho do Estado português na minha candidatura.

O trabalho na Comissão de Direito Internacional é uma enorme responsabilidade e privilégio. Responsabilidade, pois a Comissão é um órgão de grande reputação, por onde já passaram os mais ilustres jus-internacionalistas, e que trabalha com grande afinco e rigor, num diálogo constante com os Estados. Privilégio, dado ser uma oportunidade única de trabalhar com um grupo de colegas de grande calibre intelectual, num ambiente multicultural, e produzindo trabalho que se espera seja relevante para os Estados, Organizações Internacionais, tribunais internacionais e o meio acadêmico.

Por todos os sítios por onde passei, tanto na minha vida pessoal como profissional, foi na Comissão de Direito Internacional que percebi melhor a importância da promoção da igualdade de gênero e da partilha de experiências nessa perspectiva.

Quando comemorámos o 70.º Aniversário da Comissão, em 2018, organizámos em Nova Iorque um evento paralelo à sessão intitulado “7 Women in 70 Years”. Sim, é verdade... Nos 70 anos de existência da Comissão, só tinham sido membros sete mulheres. O título do evento causou tanto impacto, que quase já não era preciso organizar a sessão. Nessa cerimónia alguém disse, com toda a razão, que “statistics are a girl’s best friend”.

As primeiras duas mulheres a serem eleitas para a Comissão (que conta com um total de 229 membros na sua história desde 1948) foram-no em 2001. A chinesa Xue Hanqin, que hoje é vice-Presidente do Tribunal Internacional de Justiça, e a portuguesa Paula Escarameia, querida amiga e mentora, que deixou grande saudade com a sua partida demasiado prematura. Juntando a colega da Suécia, que também já terminou o seu mandato, o total de sete é completado pelas três colegas que comigo integram atualmente a Comissão, as colegas finlandesa, turca e espanhola.

Uma das coisas que me têm impressionado no trabalho na Comissão é ver que, em contraste com a mesa onde se reúnem os 34 membros da Comissão e onde só estão quatro mulheres, no resto da sala em Genebra, onde se senta um grupo cada vez maior de jovens juristas assistentes dos membros da Comissão, esse grupo é maioritariamente feminino. E, da parte dessas jovens juristas, tem havido um interesse crescente no diálogo comigo e as minhas colegas para a promoção de troca de impressões e experiências sobre o nosso percurso, as nossas dificuldades em conciliar a carreira profissional com a vida familiar, as dificuldades no acesso e progressão numa carreira internacional e que conselhos temos para dar.

Continuam por quebrar muitos *glass ceilings* invisíveis, sobretudo quanto mais próximo estamos do topo de uma determinada carreira. Ainda assim, espero contribuir para quebrar mais um, ao assumir em breve o lugar de presidente do Comitê de Redação da Comissão de Direito Internacional, último reduto na Comissão para o qual, até 2020, não tinha sido designada uma mulher.

Olhando para trás, não sei dizer – uma pergunta que jovens juristas de todo o mundo me fazem com alguma frequência – se tinha um plano para chegar até aqui e se o que fiz até hoje em termos de percurso pessoal e profissional foi feito de uma forma deliberada. Penso que não... Mas, ao mesmo tempo, as peças do *puzzle* de quem sou e do que fui fazendo foram-se encaixando, cada uma com o seu significado e papel.

Espero, nos próximos anos, poder continuar a trabalhar na área do Direito Internacional, que é a minha verdadeira vocação. Tanto na qualidade de membro da Comissão de Direito Internacional e de funcionária do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como enquanto Professora Universitária. Formar e inspirar os jovens de hoje, incluindo as jovens de hoje, é uma das coisas que mais gosto de fazer. Quando se tem oportunidade na vida de tanto receber, julgo que é também nosso dever partilhar as nossas experiências e inspirar a geração futura. É o que procuro fazer, diariamente, com os meus alunos e alunas e com os e as assistentes que nos últimos anos me têm acompanhado. E é neste espírito que aqui deixo este breve testemunho pessoal.